

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ESTUDOS ALÉM DO ECA

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Aspectos Gerais	23
------------------------------	----

RICARDO DE MORAES CABEZÓN

1 Direitos da Criança e do Adolescente: Aspectos Constitucionais	23
2 Estatuto da Criança e Adolescente – Uma legislação principiológica	33
2.1 Princípio da prevenção geral.....	41
2.2 Princípio da prevenção especial	42
2.3 Princípio do atendimento integral.....	43
2.4 Princípio da garantia prioritária	44
2.5 Princípio da proteção estatal.....	44
2.6 Princípio da prevalência dos interesses do menor.....	45
2.7 Princípio da indisponibilidade dos direitos do menor	47
2.8 Princípio da escolarização fundamental e profissionalização.....	47
2.9 Princípio da reeducação e reintegração.....	48
2.10 Princípio da sigilosidade.....	49
2.11 Princípio da respeitabilidade	50
2.12 Princípio da gratuidade	51
2.13 Princípio do contraditório.....	51
2.14 Princípio do compromisso	52
3 Quando somos crianças ou adolescentes?.....	52
4 A criança e o adolescente como destinatários da norma jurídica e suas prerrogativas no sistema jurídico brasileiro.....	53
5 A tutela protecionista da criança e do adolescente no Código Civil	54
6 Referências	57

CAPÍTULO 2

Em Busca de um Regime Jurídico Internacional de Proteção da Criança	59
--	----

DANIEL CAMPOS DE CARVALHO | LETÍCIA RIZZOTTI LIMA | LUÍS FELIPE BORGES TAVEIRA

1 Introdução.....	59
2 Do Unicef à Convenção sobre os Direitos das Crianças.....	60
3 Os Limites da Normatização	67
4 Considerações Finais	72
5 Referências	73

CAPÍTULO 3-A

O Papel da Psicologia nos Casos de Violações de Direitos de Crianças e Adolescentes

MARCELO MOREIRA NEUMANN

1 A Violência Intrafamiliar e ou Doméstica	78
2 O Trabalho do Psicólogo nos Casos de Violências Contra Crianças e Adolescentes	83
3 Questões Importantes para Ser Avaliadas	85
4 Referências	90

CAPÍTULO 3-B

Análise da Violação dos Direitos da Criança e Adolescente e Contribuições da Abordagem da Gestalt

DANIEL RAMOS DESCHAUER

1 Introdução.....	93
1.1 Violência psicológica	95
1.2 Negligência.....	96
1.3 Violência sexual	97
1.4 Violência fatal	97
1.5 Superproteção dos pais	98
2 Teoria organísmica e abordagem gestaltística do comportamento humano	99
2.1 Perceber é dar sentido e significado às nossas sensações.....	101
2.2 Modelos mentais	105
2.3 Mudança de Modelos Mentais	109
3 Considerações finais	111
4 Referências	112

CAPÍTULO 4

Direitos Fundamentais

RICARDO DE MORAES CABEZÓN

1 Direito à convivência familiar	115
2 Filiação e a desbiologização da relação paterno-materno-filial.....	115
2.1 Poder Familiar	123
2.1.1 Exercício do poder familiar (características)	124
2.1.2 Alterações do Poder Familiar (Suspensão, Extinção e Destituição)	128
I - Castigo Imoderado.....	133
II - Abandono de Filho	138
III - Praticar Atos Contrários à Moral e aos Bons Costumes	139
IV - Incidir, Reiteradamente, nas Faltas Previstas no Artigo Antecedente	139
V - Entregar de Forma Irregular o Filho a Terceiros para Fins de Adoção	140
VI - Perda do Poder Familiar em Casos de Violência Doméstica.	140
3 Guarda.....	141
3.1 A guarda no ECA.....	142
3.2 Guarda no Código Civil	144

3.3 Lacunas e críticas	152
4 Visitas: direito ou dever?	155
5 Referências	159

CAPÍTULO 5

Família Substituta: Tutela e Curatela	161
--	-----

RICARDO DE MORAES CABEZÓN

1 Tutela (conceito e natureza jurídica)	161
1.1 Espécies de tutela (testamentária, legítima e dativa)	162
1.2 Dos incapazes de exercer a tutela	164
1.3 O direito de escusa quando da nomeação para exercício do encargo	164
1.4 Exercício da tutela	165
1.5 Os bens do pupilo	166
1.6 Prestação de contas	167
1.7 A figura do(a) protutor(a)	168
1.8 A responsabilidade do(a) magistrado(a)	169
1.9 Cessação da tutela	169
2 Curatela	169

CAPÍTULO 6

Da Adoção: Perspectiva Contemporânea no Direito Brasileiro	171
---	-----

CARLA MATUCK BORBA SERAPHIM | VIVIAN GERSTLER ZALCMAN

1 Considerações iniciais	171
2 Conceito e terminologia	172
3 Do procedimento	175
4 Espécies	181
4.1 Adoção socioafetiva	181
4.2 Adoção monoparental e adoção unilateral	182
4.3 Adoção por casais homoafetivos	182
4.4 Adoção "� brasileira"	183
4.5 Adoção por estrangeiros	184
4.6 Adoções necessárias	185
4.7 Apadrinhamento afetivo	186
5 Conclusão	187
6 Referências	188

CAPÍTULO 7

O direito � Profissionaliza�o e � Prote�o do Menor. Da proibi�o do trabalho infantil aos direitos trabalhistas.	191
--	-----

ROMEY G. BICALHO

1 Introdu�o: a Dificuldade de Mudar uma Cultura!	191
--	-----

2 Das Normas Internacionais de Proteção do Menor no Trabalho.....	193
3 Da proteção e Programação Constitucional.....	196
4 Da Proteção Integral Prevista no Eca	198
5 A Lista “TIP” das Piores Formas de Trabalho Infantil	200
6 Do Contrato de Trabalho da Relação de Emprego do Menor	201
7 O Contrato de Aprendizagem e a Contratação do Menor	203
8 Conclusão.....	206
9 Referências	207

CAPÍTULO 8

Rede de Proteção da Infância e Adolescência	209
--	------------

RICARDO DE MORAES CABEZÓN

1 A Política de Atendimento da Criança e do Adolescente.....	209
1.1 Conselho Tutelar	210
1.2 Atribuições do Conselho Tutelar.....	213
1.3 Funcionamento e Competência	216
2 Referências	217

CAPÍTULO 9

Defesa dos Interesses Coletivos da Criança e do Adolescente	219
--	------------

MARIANA C. G. GOZZANO DE FARIA

1 O Papel do Ministério Público na Defesa da Criança e do Adolescente.....	221
2 Referência	222

CAPÍTULO 10

Aspectos de Direito Processual.....	223
--	------------

MARIANA C. G. GOZZANO DE FARIA

1 A Relação do ECA para com o Processo	223
1.1 Procedimento Verificatório e Processo do Contraditório.....	225
1.2 Atuação do Juiz na Área da Infância e Adolescência.....	227
1.3 Alvarás e Portarias	228
1.4 Recursos no ECA.....	229
2 Filiação e Poder Familiar.....	230
2.1 Ação de Investigação e de Reconhecimento de Paternidade.....	230
2.2 Ação Negatória de Paternidade e Ação de Anulação de Registro de Nascimento.	231
2.3 Ação de Reconhecimento de Paternidade/Maternidade Socioafetivo e seus Requisitos	234
2.4 Ação de Suspensão do Poder Familiar e Ação de Perda do Poder Familiar	236
2.5 Ação de Fixação e Alteração de Guarda.....	238
2.6 Ação de Regulamentação de Visitas e Visita Monitorada.....	239

CAPÍTULO 11-A

Alienação Parental: Uma Breve Visão do Direito Processual Civil..... 241

DENIS DONOSO

1 Introdução.....	241
2 Alienação parental: brevíssimos apontamentos à luz do direito material.....	241
2.1 Revogação da Lei da Alienação Parental (Lei 12.318/2010)?	244
3 Ações em que se pode alegar a existência de alienação parental.....	245
4 A alienação parental e suas consequências no plano processual (art. 4º LAP).....	246
4.1 O mero “indício” como fato desencadeador de consequências	246
4.2 Atuação <i>ex officio</i> ou por provocação da parte.....	247
4.3 Qualquer momento processual	248
4.4 Prioridade de tramitação do feito em que há indício de alienação parental.....	248
4.5 Especificamente, as “medidas provisórias” que podem ser adotadas pelo juiz.....	249
5 Indícios de alienação parental e as questões probatórias daí decorrentes	251
5.1 Alienação parental e a prova pericial (art. 5º da LAP).....	251
5.2 Alienação parental e a oitiva da criança ou do adolescente em juízo (art. 699 do CPC). Depoimento especial.....	253
5.3 Produção antecipada de provas.....	254
6 Conclusões.....	254
7 Referências	255

CAPÍTULO 11-B

Depoimento Sem Dano 257

MARIANA C. G. GOZZANO DE FARIA

1 Lei da Escuta Gentil – Lei 13.431, de 4 de abril de 2017.....	257
2 Abandono afetivo.....	258
3 Referência	259

CAPÍTULO 12

Alimentos 261

JORGE SHIGUEMITSU FUJITA | YVES ALESSANDRO RUSSO ZAMATARO

1 Conceito de alimentos.....	261
2 Fontes.....	262
3 Conteúdo.....	262
4 Alimentante e Alimentando	263
5 Condições de exigibilidade.....	264
6 Dever de Sustento.....	265
7 Objeto da Prestação.....	266

8 Local de Pagamento.....	266
9 Características.....	267
10 Medida Cautelar e Procedimento Especial	269
11 Alimentos gravídicos, provisionais, provisórios, definitivos e avoengos.....	270
11.1 Alimentos gravídicos.....	270
11.2 Alimentos provisionais	272
11.3 Alimentos Provisórios	273
11.4 Alimentos Definitivos	274
11.5 Alimentos Avoengos	274
12 12. Ação de Alimentos entre Conviventes.....	274
13 Ação Revisional de Alimentos	275
14 Ação de Oferta de Alimentos.....	276
15 Ação de Exoneração de Alimentos.....	277
16 Alimentos e a Coisa Julgada	277
17 Execução de Alimentos	278
18 Prisão Civil do Devedor: cabimento ou não do <i>habeas corpus</i>	279
19 Aplicação da Lei 11.232/2005.....	281
20 Conclusões Finais	282
21 Referências	284

CAPÍTULO 13

Ato Infracional e Medidas Socioeducativas..... 287

JULIANA V. SARAIVA DE MEDEIROS

1 Do ato infracional.....	290
2 Da apreensão de adolescente – flagrante de ato infracional	294
3 Medidas socioeducativas	298
4 Da remissão	317
5 Procedimento de apuração de ato infracional.....	320
6 Adolescente com transtorno mental	328
7 Adolescente em situação de uso ou de dependência de drogas	330
8 Referências	332

CAPÍTULO 14

Bullying/Cyberbullying 337

RICARDO DE MORAES CABEZÓN

1 Introdução.....	337
2 Agentes envolvidos.....	338
3 Elementos caracterizadores	338
4 Classificação	339
5 Os reflexos do <i>bullying</i>	340

6 Distinção para com a <i>trollagem</i> e o <i>stalking</i>	344
7 A criação do tipo penal <i>bullying</i>	344
8 A prática de <i>sharenting</i> pelos pais ou parentes na moderna era da superexposição	346
9 Referências	351

CAPÍTULO 15

Exposição de Artistas Mirins em Redes Sociais e Plataformas Digitais	353
ANTONIO CARLOS MORATO	

1 A Sociedade da Comunicação e o Trabalho Infantil na Constituição da República e na Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	353
2 Artistas Mirins como Titulares de Direitos Conexos nas Leis Federais 6.533/1978 (Lei dos Artistas e Técnicos em Espetáculos) e 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais)	356
3 Conclusão	360
4 Referências	361

CAPÍTULO 16

Publicidade Dirigida a Criança e ao Adolescente	363
JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO	

1 Introdução	363
2 A Resolução Conanda 163, de 13.03.2014	364
3 A regulamentação da Publicidade por Lei	367
4 A Tutela do Consumidor/Criança/Adolescente	369
5 Constitucionalidade da Resolução Conanda 163, de 2014	372
6 Conclusões	373

CAPÍTULO 17

A Hipervulnerabilidade da Criança e do Adolescente no CDC	375
GEORGIOS J. I. B. ALEXANDRIDIS	

1 Introdução	375
2 A Vulnerabilidade de Todo Consumidor	375
3 Os Tipos de Vulnerabilidade	382
4 A Hipervulnerabilidade	386
5 A Hipervulnerabilidade da Criança e do Adolescente	392
6 Conclusão	395
7 Referências	396

CAPÍTULO 18

Aspectos Jurídicos Relevantes da Proteção de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes na LGPD 399

RUBIA FERRÃO

1 Introdução.....	399
2 O direito fundamental à proteção de dados pessoais	400
3 Aspectos Jurídicos Relevantes da Proteção de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes na LGPD	403
3.1 Criança e Adolescente na LGPD.....	405
3.2 O Melhor Interesse da Criança e do Adolescente como Referencial no Tratamento de seus Dados Pessoais	406
3.3 Bases Legais para Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes....	408
3.4 O Tratamento de Dados Pessoais para Fins Acadêmicos e de Realização de Estudos e Pesquisas	414
4 Conclusão.....	417
5 Referências	418

CAPÍTULO 19

Breves Notas Dialógicas a Respeito da Consideração dos Melhores Interesses da Criança e do Adolescente com Relação à Perspectiva da Proteção de seus Dados Pessoais 421

LUCIANA HELENA GONÇALVES | MARIANE CASSARINO DE OLIVEIRA

1 Introdução.....	421
2 Melhores interesses da criança e do adolescente na LGPD.....	426
3 Exemplos tangenciando a consideração do melhor interesse da criança e do adolescente de acordo com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais da Irlanda	431
4 Desafios práticos no Brasil acerca do tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes	434
5 Conclusões.....	437
6 Referências	437

CAPÍTULO 20

Formação Esportiva de Jovens Atletas 439

DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI | LUIS GUILHERME KRENEK ZAINAGHI

Contrato de Formação Desportiva	439
---------------------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO 445